

EDITORIAL

... no ato criativo de uma obra de arte o artista não pode identificar-se direta e simplesmente com sua individualidade cotidiana, já que ele universaliza a si mesmo na objetivação de uma arte que se particulariza, também os indivíduos que a recepcionam elevam-se da mera particularidade do sujeito singular à particularidade estética.

Georg Lukács (1885-1971)

Escrever este editorial da REVISTA HUMANIDADES EM PERSPECTIVA em pleno isolamento social da pandemia da COVID-19, nos faz pensar e repensar os sentidos da vida, das nossas relações e do nosso papel no mundo em pleno século XXI. O simples fato de tomarmos contato com o cotidiano, de acordo com Agnes Heller (2008), da nossa relação com o mundo enquanto indivíduo — portanto, como ser genérico e com as necessidades que se manifestam —, nos coloca diante de movimentos da sociedade os quais passamos a apreender e a manipular. A partir de nossas escolhas imediatas, passamos a nos orientar para atividades cotidianas objetivadas e racionais da vida, na inteireza que ela representa. Portanto, para Heller (2008, p. 31) “A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias e ideologias”.

E, nesta inspiração da cotidianidade de Agnes Heller, na sua preciosa obra *O Cotidiano e a História*, nos remetemos ao que estamos vivendo nos últimos meses (meses estes de quarentena e isolamento social). Assim, os trabalhos que estão sendo publicados nesta terceira edição da *Revista Humanidades em Perspectiva* nos convida a reflexões! Reflexões que perpassam os trabalhos de pesquisa e o debate sobre “*A economia solidária enquanto instrumento de cooperação e autogestão*”, o qual objetiva discutir a economia solidária e a relação entre economia e trabalho, pensando em formas de trabalho associativo, cooperativas e outras alternativas que façam frente ao sistema capitalista de exploração, que visa única e exclusivamente o lucro de poucos em detrimento do trabalho de muitos. Neste caminho, o diálogo com o Serviço Social se configura na discussão sobre uma nova forma de economia e desenvolvimento e que tem como referência a solidariedade, o desenvolvimento sustentável e novas e “velhas” formas de lidar com a vida, com a sociabilidade e com as formas organizativas da sociedade.

O tema da sociedade civil é um convite para a leitura do artigo “*O papel da sociedade civil no processo de construção democrática a partir da perspectiva gramsciana*”. O trabalho proposto tem como objetivo debater o papel da sociedade civil no processo de

construção democrática, a partir da concepção gramsciana de Estado, em disputa pela produção de hegemonias. Trata-se de debater sobre as disputas antagônicas presentes na sociedade, no cenário da democracia, da democracia direta, representativa, deliberativa, na democratização da comunicação e do sistema judiciário. Bandeiras imprescindíveis se pensarmos em uma democracia plena.

Encontra-se também um debate profícuo em torno do tema “*A importância da pesquisa no processo de formação*”, tão caro ao Serviço Social pela trajetória histórica e constitutiva da profissão. Neste contexto, considerando que tal formação é o desdobramento de uma construção histórica e específica, assim como pela trajetória de pesquisas realizadas em temporalidades distintas — retratadas conforme os determinantes políticos, econômicos, culturais e sociais de cada momento histórico —, é necessário compreender o movimento dinâmico e complexo da sociedade para intervir, de forma efetiva, no cotidiano profissional. Na linha da formação, também torna-se fundamental discutir a docência, tema proposto no artigo sobre “*A exploração do trabalho docente: algumas reflexões*”, o qual nos convida a uma reflexão sobre as condições do trabalho docente, em uma conjuntura de poucos investimentos e de desmontes das políticas públicas, em especial da política de educação superior, trazendo também o entendimento da função social da universidade pública, com perspectivas relevantes no que se refere à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Também, nos induz à leitura e reflexões, o artigo “*Deixai toda a esperança ó vós que entráis: as violações de direitos no ambiente carcerário*”, que debate o sistema prisional brasileiro. A autora traz à tona questões conhecidas, tais como as violações e violências que ocorrem nesses espaços, porém pretende apontar dados e discussões recentes, e proporcionar melhor compreensão sobre os direitos humanos, interpretados ainda de maneira errônea por parte considerável da população. Seu objetivo é debater acerca dos problemas penitenciários no que tange à precariedade do sistema, aos abusos e violências que sucedem dentro desse espaço, além de descrever os problemas e dificuldades e as precariedades do sistema prisional brasileiro, com a falta de investimentos e de políticas públicas para este setor.

O trabalho que trata “*O campo de ação das políticas públicas e direitos humanos em 2019 e em anos seguintes*” também nos leva a uma reflexão sobre as políticas públicas e amplia a discussão para o debate dos Direitos Humanos. Esse debate, norteado e sustentado pelos ditames da Constituição Federal de 1988 — a qual traz como princípios os objetivos fundamentais de construir uma sociedade mais justa e solidária, a diminuição da pobreza e das injustiças sociais e o respeito pelos direitos humanos — inclui um novo tema: os limites das

possibilidades financeiras do Estado e os critérios políticos para aplicação dos recursos públicos neste campo.

Nesta linha, o trabalho sobre *“Das carnes mais baratas: indagações sobre a travestilidade e o pink money”* pretende trazer à luz das discussões o tema sobre travestilidade, *pink money* e o Serviço Social. A análise da relação da população travesti e transexual com o capital se faz importante para que entendamos o agravamento das demandas apresentadas ao Serviço Social por essa população. Para ascender socialmente e ser respeitados, para a sua inclusão nos meios sociais e para a tão desejada aceitação social, o fator financeiro serve necessariamente como escada para os indivíduos desse grupo.

O último artigo proposto discute de forma precisa a *“Supervisão técnica e assessoria a instituições de acolhimento de crianças e adolescentes: construindo as bases teóricas de uma matriz de supervisão”*. O trabalho tem como finalidade explorar e apresentar contribuições acerca da orientação, assessoria e supervisão técnica a entidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, com vistas à melhoria e qualificação do trabalho realizado e ao desenvolvimento de novos postulados, conceitos e paradigmas. Delimita e aproxima a função de supervisão técnica, orientada para as entidades de acolhimento institucional, no que tange ao processo de reordenamento e adaptação à legislação vigente e propõe, como resultado da pesquisa, uma matriz norteadora para os trabalhos desenvolvidos na área, principalmente no que se refere ao Serviço Social e à legislação para essas instituições.

Concluimos este editorial conclamando que vale muito conferir esse conjunto de obras e contribuições — densas, críticas e provocativas — de pesquisadores comprometidos com uma sociedade melhor e na esperança e no horizonte de dias melhores, com cotidianos produtivos, plenos de boas leituras!!

Equipe editorial da *Revista Humanidades em Perspectiva*